

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 119.047 - ES (2019/0304032-0)

**RELATOR** : MINISTRO JORGE MUSSI  
**RECORRENTE** : L L B  
**ADVOGADO** : VINÍCIUS PAVESI LOPES - ES010586  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por L L B contra acórdão proferido pela 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, no julgamento do HC n. 0009908-24.2019.8.08.0000.

Noticiam os autos que o recorrente foi denunciado como incurso no artigo 1º, § 1º, inciso II, e § 4º, da Lei 9.613/1998.

Buscando o trancamento do processo, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cuja ordem foi denegada.

Sustenta o advogado subscritor das razões recursais que a materialidade do delito de lavagem de dinheiro não teria sido comprovada, uma vez que as instâncias de origem teriam reconhecido a licitude de seu patrimônio em decisões judiciais.

Requer, liminarmente, a suspensão da ação penal originária, e, no mérito, pugna pelo provimento da insurgência para que seja trancada.

É o relatório.

Não obstante os relevantes argumentos expostos na irresignação, a fundamentação que dá suporte à postulação liminar é idêntica à que dá amparo ao pleito final, isto é, confunde-se com o mérito do inconformismo, o qual exige exame mais detalhado das razões declinadas e da documentação que o acompanha, análise que se dará devida e oportunamente quando do seu julgamento definitivo.

Ademais, a Corte de origem ressaltou que "*apesar deste relator ao julgar o Mandado de Segurança nº 0007277-78.2017.8.08.0000 ter entendido que as quantias bloqueadas na conta do paciente foram adquiridas ilicitamente, nos termos do art. 41 do Código de Processo Penal*", "*a comprovação objetiva da conduta imputada ao paciente deve ser superada durante a instrução processual*" (e-STJ fl. 618).

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

Em arremate, é pacífico neste Sodalício que "*o habeas corpus é ação de índole constitucional, marcado por cognição sumária e rito célere, que tem como escopo resguardar a liberdade de locomoção contra ilegalidade ou abuso de poder, vedada, assim, dilação probatória para o deslinde da controvérsia*", razão pela qual a alegada falta de justa causa para a persecução penal "*deverá ser dirimida no âmbito da instrução criminal, oportunidade em que o magistrado poderá se debruçar sobre a prova produzida pelas partes, a fim de verificar a suficiência de indícios da autoria dos delitos, a permitir a procedência ou não da denúncia dos acusados*" (RHC 112.513/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 27/08/2019, DJE 02/09/2019), o que afasta a plausibilidade jurídica da medida de urgência.

# Superior Tribunal de Justiça

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão a sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo 2ª Vara Criminal da comarca de Alegre/ES, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da controvérsia, especialmente no que se refere ao atual andamento da persecução criminal, e encaminhando, se houver, senha para acesso ao processo.

Com estas, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Relator

